

# Moratória branca já atinge 14 países da América Latina

por Celso Pinto  
de Londres

A inexistência de dinheiro novo e a dificuldade em levar avante negociação formais com os credores levaram os países da América Latina e do Caribe a encontrar, no ano passado, outra forma de equacionar seus problemas externos: pararam de pagar. Entre 19 países da região apenas 5 se mantiveram em dia.

Este processo, que o professor Phillip O'Brien, da Universidade de Glasgow, Escócia, chama de "moratória branca", está descrito no Balanço de 1989 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), recentemente divulgado. Dos 14 países em atraso, especifica a Cepal, 5 deixaram de pagar não só os bancos privados mas também as instituições multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e o FMI. Os únicos países em dia com a dívida foram Chile, Colômbia, El Salvador, México e Uruguai.

A moratória branca seria para forçar um refinanciamento de parte dos juros devidos, mas seu efeito, médio prazo, é duvidoso. O'Brien, um especialista em dívida externa, que discutiu esta questão num seminário organizado pelo Instituto de Estudos

Latino-Americanos da Universidade de Londres, nesta semana, é pessimista.

O'Brien não é contra o uso da moratória pelos países devedores. Ao contrário, acha que estes países teriam tido muito mais sucesso se tivessem optado por uma estratégia dura, nos primeiros estágios da dívida: os custos seriam baixos, as represálias dos bancos parciais e os ganhos compensadores. Isso não foi possível, diz ele, porque os empresários e as elites latino-americanas nunca quiseram confrontar os bancos credores.

A situação atual, contudo, é diferente. "A América Latina foi empurrada para uma moratória branca, não como resultado de uma estratégia intencional e sim de uma crise de confiança", argumenta. Em lugar de ter nascido de uma estratégia coerente, abrangente e otimista, respaldada pelas elites latino-americanas, ela surgiu num contexto de forte pessimismo e falta de horizontes.

Sua previsão para os anos 90 é dura. Abandonada pelos credores, marginalizada pelos investidores, especialmente agora com a concorrência dos países do Leste Europeu, a região corre o risco de pro-

longar uma situação de caos econômico e crescente desintegração social.

Os números da Cepal sublinham a dramaticidade do quadro. No ano passado, a América Latina e o Caribe cresceram 1,1%, mas, considerando o aumento da população, houve um decréscimo de 1%. Na década de 80, estes países ficaram mais pobres, em termos per capita, em 8,3%.

A inflação em 89 foi a mais alta da história, 994,2% em média. A transferência líquida de recursos financeiros para os credores chegou a US\$ 25 bilhões, ou 3% do PIB conjunto. As exportações cresceram 9%, mas o serviço da dívida, com a alta dos juros internacionais, custou US\$ 4 bilhões adicionais. A dívida externa subiu ligeiramente, para US\$ 416 bilhões, mas, descontada a inflação internacional, houve um decréscimo em 5% em termos reais. Mesmo assim, e apesar de um aumento de US\$ 2,7 bilhões no superávit comercial, o déficit em transações correntes se manteve em US\$ 11 bilhões, pelo terceiro ano consecutivo.

Só a Colômbia e a Venezuela conseguiram algum dinheiro dos bancos privados. Para os outros países, a forma de enfrentar os

compromissos externos acabou sendo a suspensão do pagamento aos credores internacionais — o principal fator responsável pelo acréscimo da dívida externa.

A relação dívida/exportação, a despeito de vários anos de operações de conversão e redução da dívida, continua em níveis "alarmantes", 316%, enquanto os juros continuam consumindo 30% das exportações da região. Como observa o relatório da Cepal, "depois de oito anos de ajustes, estes indicadores (sobre a dívida) continuam 50% acima dos níveis que registravam entre 1978-1980, antes da crise da dívida".

Apesar dos esforços, neste período, "pelo ajuste, a estabilização, o crescimento e a reestruturação produtiva, assediados pelo serviço da dívida externa e com escasso acesso a financiamento externo novo, a maioria dos países da região continua manifestando a complexa síndrome de desequilíbrios estruturais, déficit fiscal e baixos níveis de investimento, que se traduziram numa prolongada estagnação, muitas vezes acompanhada de uma séria deterioração dos salários reais", conclui a Cepal.